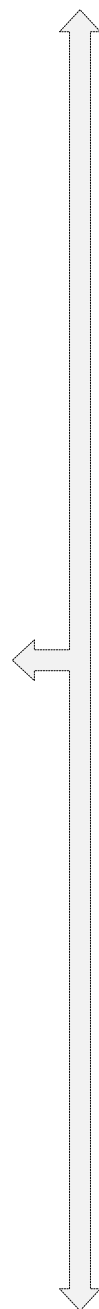


Estratégia de Desenvolvimento Regional



+
CONVERGÊNCIA
COMPETITIVIDADE

+
ARTICULAÇÃO
EFICIÊNCIA

+
CO3SO

Estratégia para a Coesão Territorial

1. Enquadramento da Estratégia para a Coesão Territorial	3
<i>Visão</i>	3
2. Plano de Ação para Coesão Territorial	5
2.1. Dimensão Estratégica	5
2.1.1. - Estratégia de Desenvolvimento Regional	7
2.1.2 - Estratégia de Valorização do Interior	10
2.2 - Dimensão de Articulação	15
<i>Plataforma multinível e multiescala de Coesão</i>	15
2.3. Dimensão de Racionalidade	16
<i>Reagregação de instrumentos em medidas de política</i> ..	16
3. Programa de Ação para a Coesão Territorial.....	17

Fazer de forma mais
consequente

3

1. Enquadramento da Estratégia para a Coesão Territorial

O XXII Governo reforçará a concretização das políticas públicas no território para aumentar a eficácia de resposta aos desafios atuais e futuros. Assim, a reorganização de competências neste novo Ministério, mais do que definir novas áreas de intervenção, privilegia uma **forma de fazer mais consequente**, assente numa lógica de trabalho que fortaleça a **intervenção conjunta de outros Ministérios**.

O objetivo é garantir melhor qualidade de vida aos cidadãos e às famílias, e um ambiente adequado ao investimento empresarial, suportado numa rede territorial de serviços de interesse geral mais equilibrada e ajustada ao tecido social e económico e aos desafios demográficos, garantindo a proximidade da decisão e operacionalização de políticas públicas contextualizadas e com expressão territorial.

O novo modelo de governação e organização das **Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)**, substantificado na eleição do presidente por um colégio eleitoral composto pelos membros dos órgãos executivos e deliberativos municipais do respetivo território e na integração de alguns serviços desconcentrados da administração pública, estando compaginado com as abordagens multinível e multissetorial territorializadas que se preconizam, reforça a necessidade de uma estratégia que promova a coesão intra e inter-regional.

Contributos do MCT para os Domínios do Programa do Governo

DEMOGRAFIA

Diminuir as assimetrias regionais reforçando a Coesão Territorial de forma transversal e integrada

Aumentar a qualidade de vida dos cidadãos e criar um ambiente favorável ao investimento

DESIGUALDADES

Assegurar uma rede de serviços de interesse geral mais equilibrada e ajustada ao tecido social e económico

Garantir o acesso e a acessibilidade aos serviços, criando dinâmicas e maior proximidade
Inclusão Social; Empreendedorismo Social

ALTERAÇÕES
CLIMÁTICAS

Mobilizar os atores para novos desafios sociais, reforçando a intervenção integrada no território **Urbano e Rural**

Cidades sustentáveis e resilientes
Mobilidade + flexível
Descarbonização da economia

SOCIEDADE DIGITAL,
CRIATIVIDADE,
INOVAÇÃO

Articular o conhecimento com os recursos existentes no território, reforçando os **ecossistemas de inovação**

Diversificar e qualificar o tecido produtivo industrial
Valorizar o potencial endógeno

Visão

Um desenvolvimento equilibrado dos territórios, reduzindo as assimetrias regionais, promovendo a coesão e o reforço da competitividade dos territórios e conferindo mais coerência quer às políticas regionais, quer às políticas sectoriais que têm impacto territorial.

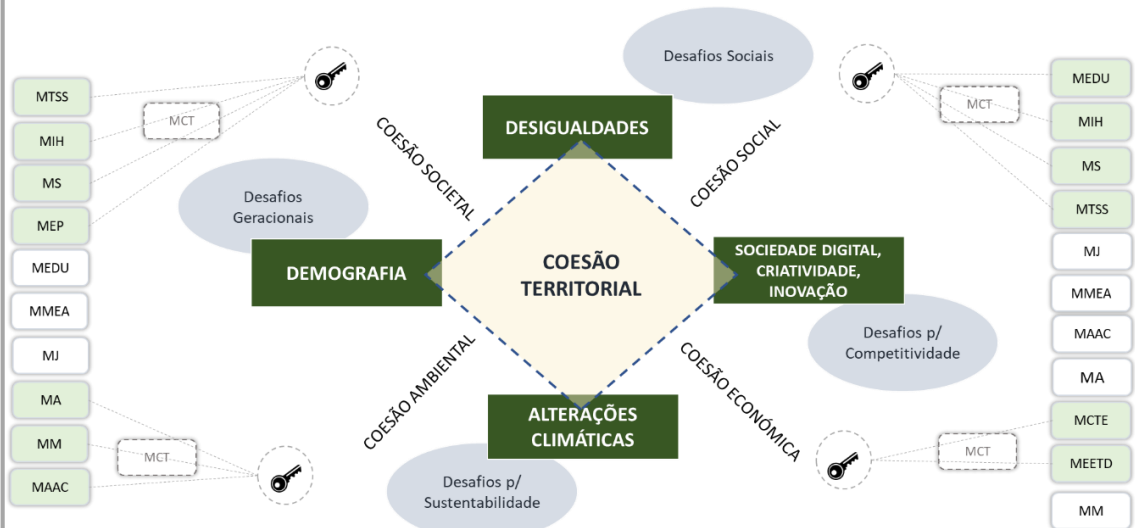
A Estratégia para a Coesão Territorial, pretende enquadrar a capacidade de intervenção do MCT na resposta aos desafios territoriais que emergem da implementação das agendas temáticas dos Governo, com particular impacto na Coesão Territorial do País. Neste âmbito, merecem destaque:

- **Desafios Sociais** que têm incidência diferenciada no território e que configuram estrangulamentos à coesão intra e inter-regional; neste particular, é determinante a provisão das políticas públicas e a equidade de oportunidades no acesso;
- **Desafios para a Competitividade**, que obrigam a instrumentos e políticas de atratividade e de facilitação à mobilização de investimento e de conhecimento com particular atenção aos territórios do interior, reforçando a qualidade, qualificação e as oportunidades de emprego;
- **Desafios para a Sustentabilidade**, através de uma abordagem mais centrada na valorização dos recursos endógenos e nas cadeias de valor, alavancada na redução da pegada carbónica e na circularidade com impacto no valor acrescentado dos circuitos curtos, na qualidade do emprego e das condições de vida das famílias;
- **Desafios Geracionais**, procurando dar resposta às novas necessidades do território, num contexto de alterações demográficas profundas e de acesso a novos mecanismos que alteram de forma significativa a relação das políticas públicas com as famílias e com as empresas;

Esta intervenção só será efetiva, por via de mecanismos de articulação próxima com outras áreas de Governo, e que de forma integrada, permita fazer acontecer no território a concentração de medidas e de instrumentos adequados para atingir com eficácia os resultados desejados.

Desafios para a Coesão Territorial

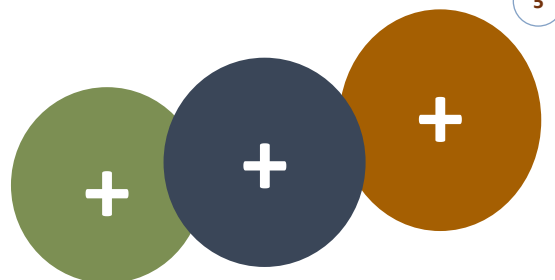
Desafios para a Coesão Territorial



2. Plano de Ação para Coesão Territorial

Neste sentido, está incluído na esfera de atuação deste Ministério um conjunto de **intervenções de curto e médio prazo**, que vão orientar a **agenda de ação para a coesão**, tendo em conta as seguintes dimensões:

- I – Dimensão Estratégica
- II – Dimensão de Articulação
- III - Dimensão de Racionalidade



2.1. Dimensão Estratégica

Temos que fazer acontecer, sabendo para onde queremos ir e como, quando e quem mobilizar para nos acompanhar. Não vamos deixar território algum para trás!

Temos de lançar um debate profundo de apelo à sociedade, **um roteiro** capaz de mobilizar todos os intervenientes - da academia aos atores do território - para desenhar uma estratégia de longo prazo. Temos de **“dar voz” ao território**, tanto nos processos de governança como na definição das escalas adequadas de entrega das políticas.

Naturalmente que assumiremos como referenciais os pilares do Programa Nacional de Reformas (PNR), as preocupações mais transversais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2030), do Pacto Ecológico Europeu e do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Mas, o nosso trabalho deve partir do território, com um enquadramento adequado de políticas. **E já temos um forte suporte de partida:**

- Quer nos **instrumentos de política territorial da administração central** (que queremos visitar), nomeadamente o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- Quer nos **instrumentos de orientação das políticas públicas** com maior impacto territorial, nomeadamente o Programa Nacional de Investimentos (PNI), ou os Planos Nacionais e Regionais Setoriais;
- Quer nas dimensões estratégicas **elaboradas a diferentes escalas**: Estratégias Regionais e Estratégias de Inovação Regional para a Especialização Inteligente (NUTS II), Estratégia Integradas de Desenvolvimento Territorial (NUTS III), Estratégias de Desenvolvimento Local (sub-NUTS III); para além dos exercícios de

Uma agenda de ação para a coesão

Suportar a ação em pensamento estratégico através de um roteiro de partilha de conhecimento

Não vamos deixar nenhum território para trás

Vamos visitar os documentos de referência



intervenções transversais e locais na esfera da mobilidade, da intervenção urbana, ou de outras temáticas.

A este trabalho devemos juntar o conhecimento especializado, que se encontra já mobilizado (recordamos os trabalhos a decorrer para definição de uma estratégia para os territórios transfronteiriços) ou que poderemos vir a mobilizar, para temáticas específicas.

Faltam **encontrar os tomadores e os atores, o adequado impulso e fontes de investimento, para alavancar um desenvolvimento regional equilibrado com foco na coesão territorial.**

O nosso foco de atuação, **obriga a coordenar competências, criar os adequados fóruns de discussão e fazer um roteiro nacional para validar e dar corpo a Estratégias Nacionais de suporte a este exercício**, com capacidade de mobilizar vontades e ações dos restantes domínios com impacto territorial.

Em resumo, cabe na intervenção do MCT uma forte **articulação de políticas e mobilização de consensos**, abordagens **mais eficazes na concretização das políticas**, quer em termos da execução dos fundos europeus, quer na forma de abordar a **mobilização** das mesmas para os territórios de Interior e para a cooperação transfronteiriça.

Esta mobilização para a ação, deve ter como suporte a nossa capacidade **de envolver os melhores ativos e as competências mais adequadas**, para suportar o pensamento estratégico capaz de transformar o futuro destes territórios.

A intervenção de médio-longo prazo suportada pelo pensamento estratégico e concretizadora dos compromissos assumidos pelo Governo, nos seus instrumentos de política pública e nas grandes opções de plano, deve **encontrar acolhimento particular em dois exercícios estratégicos:**

- Uma **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Regional**, considerando as especificidades de cada região, que vai dar corpo a uma **abordagem territorial coerente e suportada na mobilização de atores em rede**, e consolidada **no reforço da competitividade dos territórios**, na consolidação e **estruturação dos subsistemas territoriais**, e na **entrega integrada e políticas públicas, com particular intervenção no âmbito dos serviços de interesse geral** e nos seus mecanismos de provisão equitativa;

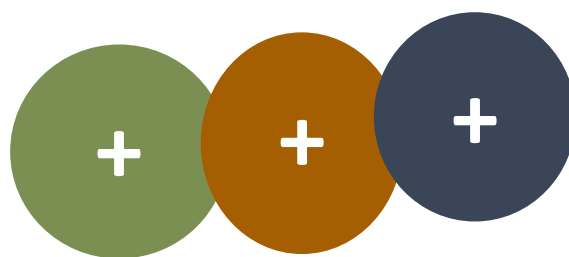
Impulsionar os atores para assumirem as dinâmicas capazes de alavancar um desenvolvimento regional equilibrado e com foco na coesão territorial

Mobilizar consensos
Roteiro Nacional de Desenvolvimento Regional

Reforço da intervenção no interior, com a operacionalização do PVI e do PRPI, mobilização de investimento e reforço da competitividade e da afirmação do território transfronteiriço

- Uma **Estratégia de Valorização do Interior**, fundamentada na **articulação de medidas que, de forma assertiva, representem uma nova abordagem sistémica de valorização das potencialidades multivalentes dos territórios do Interior**, operacionalizada em ações que aproximem as diferentes realidades territoriais de oferta de oportunidades.

Ambas as estratégias visam **tratar diferente o que é diferente**. A Estratégia de Desenvolvimento Regional incorpora as particularidades de cada uma das cinco macrorregiões de Portugal continental, de acordo com os seus principais constrangimentos e oportunidades. A Estratégia de Valorização de Interior preconiza a aposta em projetos integrados adaptados a cada território de acordo com as dinâmicas instaladas e potencial de desenvolvimento com vista à criação e emprego e à atração/fixação de pessoas.



2.1.1. - Estratégia de Desenvolvimento Regional

O XXII Governo tem nos pilares do Programa Nacional de Reformas (PNR) linhas de orientação para a sua intervenção. Neste contexto, cabe a este Ministério, em articulação próxima com outras áreas do Governo, contribuir para alcançar estes desígnios, em particular no âmbito da **valorização do território, no reforço da coesão e igualdade social e na promoção da inovação na Economia**.

Os desafios colocados à intervenção deste Ministério são muito estimulantes, e vão necessitar de uma grande articulação de intervenções com outras áreas de Governo, de forma a **garantir impactos relevantes das políticas públicas de forma equilibrada em todo o território**.

Neste âmbito, a construção de uma **Estratégia de Desenvolvimento Regional, privilegiando a coesão territorial e compatibilizando as orientações estratégicas do PNPOT com os restantes Instrumentos de Gestão Territorial e com os ODS 2030**, é um instrumento estruturante para garantir, de acordo com a **agenda temática da estratégia Portugal 2030, um País competitivo externamente e coeso internamente**.

A concretização de uma **Estratégia de Desenvolvimento Regional** implica uma abordagem multinível e multiescala, que enquadre:

Garantir a intervenção integrada das políticas públicas em linha com o PNR e com as GOP

Intervenções integradas como forma de combater as desigualdades e de garantir melhores condições para viver, trabalhar e investir

- Uma **Política de Cidades**, que enfrenta desafios relevantes enquanto rede estruturante para a competitividade e articulação dos territórios (com atenção aos sistemas de mobilidade), e para a racionalidade das políticas públicas, promovendo o desenvolvimento urbano sustentável, objetivo político claramente assumido na estratégia da comissão europeia para o próximo quadro financeiro plurianual. Temos que **densificar**, conforme decorre do PNPOT, os **modelos territoriais regionais** atribuindo funções claras aos grandes polos metropolitanos (onde se joga o campeonato da convergência europeia), às cidades médias (na esfera das áreas metropolitanas, ou nos centros urbanos dos territórios do Interior) e aos pequenos polos, ou à rede de centros que são fundamentais para a definição da escala de estruturação dos territórios do Interior, **onde mobilizamos investimento, conhecimento e qualidade de vida para atrair quadros qualificados indispensáveis à competitividade e à criação de emprego**. Neste âmbito, enquadrámos os **subsistemas territoriais a valorizar**¹ do PNPOT;

- Uma **abordagem articulada, da relação territorial e funcional do rural/urbano**, território onde ocorre forte intensidade de trocas e interações e que tem demonstrado, à escala europeia, maior capacidade de resiliência em contexto de choques económicos;

- Uma agenda focada **nos subsistemas territoriais a consolidar e a estruturar**² do PNPOT. Nestes subsistemas, emerge a necessidade de reforço dos corredores de polaridade entre centros urbanos de média e pequena dimensão, que nestes **territórios não litoralizados e transfronteiriços**, se deve alavancar na valorização das potencialidades endógenas e nas suas cadeias de valor,

¹ *In Programa de Ação do PNPOT p.132 : Subsistemas territoriais a valorizar* - Existem subsistemas com níveis elevados de polarização, morfotipologias urbanas muito diversificadas e problemas de sustentabilidade e mobilidade. São subsistemas que têm um papel crescente na criação de riqueza e onde é imperativo desencadear um planeamento do território mais integrado e sustentável, com base em estratégias mais colaborativas. São territórios com grande capacidade de atração e que influenciam a configuração do sistema urbano nacional e que podem capitalizar oportunidades de desenvolvimento decorrentes de uma urbanização mais planeada e uma governança mais colaborativa e inclusiva...

² *In Programa de Ação do PNPOT p.132 : Subsistemas territoriais a consolidar* - Existem subsistemas que precisam de ser mais consolidados, correspondendo a estruturas interurbanas que polarizam territórios rurais, onde as economias de escala necessitam de ser reforçadas. Sendo subsistemas a estruturar e a potenciar, as intervenções devem concentrar-se no reforço das vantagens competitivas, apoiadas em investimentos integrados e na prestação de serviços adaptados às necessidades dos diferentes territórios. Estas abordagens devem ser fundadas em parcerias que reforcem as capacidades locais, interurbanas, entre centros urbanos e áreas rurais e entre áreas rurais....

Subsistemas territoriais a estruturar - Por fim, existem contextos de baixa densidade urbana, onde as pequenas centralidades têm fraca capacidade polarizadora e poderá não estar garantida a prestação de serviços urbanos essenciais para o bem-estar das populações residentes. São territórios pouco povoados, onde a fragilidade institucional dificulta a montagem de processos estratégicos colaborativos. Nestes contextos, é crucial valorizar os ativos existentes e promover uma maior cooperação territorial, organizando a oferta diversificada de funções, promovendo complementaridades e interações entre espaços urbanos e rurais e desencadeando estratégias integradas em diferentes domínios. As sobreposições entre regiões funcionais aconselham um reforço das articulações intra e inter-regionais...



dimensão da capacidade industrial já instalada e no seu potencial de crescimento, na afirmação da identidade, e na capacidade de atrair investimento competitivo. Esta abordagem distintiva, dá particular atenção à garantia da qualidade de entrega das políticas públicas às populações e ao papel de mobilização das relações transfronteiriças em toda a sua plenitude.

Esta abordagem multissetorial inclui, na esfera de atuação deste Ministério, um elemento integrador capaz de conferir racionalidade à atuação das políticas públicas, e **uma capacidade operacional e financeira, que se concretizam** a esfera de atuação:

- **Das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e dos seus parceiros territoriais de proximidade** (entidades intermunicipais, autarquias locais, associações, entidades do 3º setor, sociedade civil e setor científico e empresarial) que, numa base diária **de partilha de um bem comum, em rede**, asseguram com qualidade e acuidade de parceria as funções do Estado;
- **Das Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais.**

Só esta forma integrada de partilha de recursos permite assegurar intervenções coerentes e equilibradas no território, capazes de superar os estrangulamentos estruturais e afirmar a coesão e a competitividade dos territórios.

Não obstante estes pressupostos, a Estratégia de Desenvolvimento Regional integrará as especificidades de cada região com abordagens territorializadas e adaptadas à sua realidade, incluindo as resultantes de análises SWOT que visem ultrapassar fraquezas e constrangimentos, apostando nos recursos endógenos como oportunidades de aumentar a competitividade.

Foi com este sentido de apelo à mobilização integrada de políticas de responsabilidade multissetorial, suportada em investimentos públicos e no adequado suporte dos fundos europeus, que o XXII Governo criou o Ministério da Coesão Territorial.

Reagir às profundas **alterações demográficas**, combater as **assimetrias territoriais** e as desigualdades e **preparar o território** e as atividades económicas **para os novos desafios** sociais - alterações climáticas, eficiência energética, digitalização da economia, circularidade de materiais, gestão da água, aumento de produtividade suportada na qualificação dos recursos humanos e na transferência de conhecimento inovador - só será concretizável se **conseguirmos garantir um modelo territorial coerente**, que se articule em rede, de forma cooperante, **mobilizando o melhor que os territórios têm para oferecer e o saber fazer acumulado**. No contexto atual, a integração destas

Dimensão operacional e financeira, suportada nas CCDR/AG e em parcerias de proximidade

Tratar de forma diferente o que é realmente diferente, valorizando as diferenças e garantindo a proximidade dos recursos à decisão

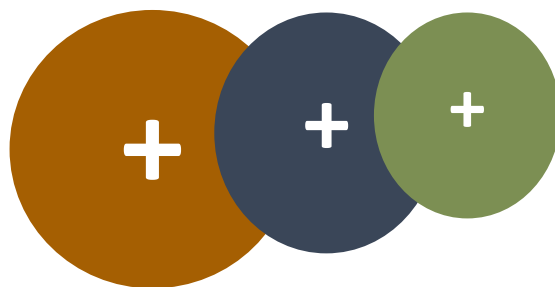
**Estratégia de
Desenvolvimento
Regional, como
instrumento
estruturante para a
coesão e
competitividade**

políticas é fundamental, pelo que se preconiza a assunção de um **processo de digitalização globalizante** - inteligência artificial, internet das coisas e bases de dados de grande dimensão, sistemas robóticos, ou sensorização remota - **capaz de atenuar a dispersão geográfica, porque permite maior equidade na oferta de serviços essenciais.**

A tutela das CCDR e o capital de confiança, notoriedade e capacidade de **coordenação** multinível nos territórios, garante-nos uma intervenção próxima das autarquias e das populações. Garante, também, uma parceria comprometida com o tecido local (dos grupos de ação local, às instituições da economia social), que valide **a construção de estratégias de desenvolvimento participadas e abordagens à competitividade** (por via da dinamização de processos de descoberta empreendedora e de especialização inteligente), capazes de garantir **melhores condições para as famílias viverem, trabalharem e investirem nestes territórios.**

Uma **Estratégia de Desenvolvimento Regional** será, então, um instrumento de **articulação destas abordagens regionais, dando escala e visibilidade às aspirações do território, ajustando os instrumentos à natureza dos problemas e das potencialidades** e garantindo, em linha com os processos de descentralização e desconcentração, **proximidade dos recursos à decisão** dos atores.

A governança das políticas públicas no território, deve permitir uma abordagem multinível assimétrica, em **função das necessidades de mobilização de recursos e em função da densidade de soluções presentes ou mobilizáveis para os territórios.** No território não deixamos ninguém para trás!



2.1.2 - Estratégia de Valorização do Interior

Entre os desafios estratégicos do Programa do XXII Governo Constitucional, a resposta aos desafios demográficos, a redução das desigualdades e a construção de uma sociedade digital criativa e inovadora, fundamentam a operacionalização de uma estratégia integrada de desenvolvimento assente na valorização dos territórios do Interior capaz de concretizar o seu potencial em dinâmicas de trabalho com dimensão económica perfeitamente consolidada.



A criação de uma nova área de governação - a Coesão Territorial - representa a evolução da política de Valorização do Interior desenvolvida pelo XXI Governo Constitucional, concretizada na conjugação de estratégias transversais e integradas de promoção da coesão e de reforço da competitividade dos diferentes territórios.

Os nossos desígnios são:

- **Valorizar o Interior** com base em recursos com capacidade de incorporar conhecimento e tecnologia para aumentar a dimensão produtiva instalada, a diversificação da base económica e a criação de emprego qualificado, contribuindo para atrair e fixar população nesses territórios, tal como preconizado no Programa de Valorização do Interior (PVI).
- Apostar na **cooperação territorial** transfronteiriça, transnacional e inter-regional através de projetos conjuntos, da gestão otimizada de infraestruturas e equipamentos partilhados e da mobilização de múltiplos parceiros.

Nesse sentido, a operacionalização do **Programa de Valorização do Interior (PVI)**, de indiscutível preponderância, está estruturada em dois pilares fundamentais:

- **Transversalidade do plano**, concretizada na capacidade de identificar medidas de desenvolvimento do território, assentes em múltiplas valências, e só possíveis através de uma concertação de esforços de carácter interministerial;
- **Articulação com os agentes presentes no território**, envolvendo as autarquias, as comunidades intermunicipais, as instituições de ensino superior, as unidades de investigação e desenvolvimento, os centros tecnológicos, as associações empresariais, as empresas e as associações de desenvolvimento local, dando assim resposta às preconizadas ações de política de proximidade.

O Programa de Valorização do Interior, atualizado, organiza-se segundo quatro eixos prioritários, estruturados de acordo com o âmbito de aplicação, dimensão agregadora e escala dos impactos esperados.

Eixo 1: Valorizar os Recursos Endógenos e a Capacidade Empresarial do Interior

Eixo 2: Promover a Cooperação Transfronteiriça para a Internacionalização de Bens e Serviços

Eixo 3: Captar Investimento e Fixar Pessoas no Interior

Eixo 4: Tornar os Territórios do Interior Mais Competitivos

Reforçar e consolidar o trabalho desenvolvido na valorização do interior pelo XXI Governo

Atualizar o Programa de Valorização do Interior



Em colaboração com outras áreas da governação, serão estabelecidas medidas (com indicação do eixo, descrição da medida, área governamental responsável, calendário de execução e fonte/programa de financiamento) que beneficiem as especificidades dos territórios do Interior, particularmente as que produzam efeitos positivos de maior dimensão nestes territórios.

Nos territórios mais frágeis, em particular, dinamizar-se-ão programas de maior proximidade para compensar a dispersão geográfica das populações do Interior e assegurar o acesso aos serviços que garantam uma justa qualidade de vida a todos os cidadãos.

Em última instância, privilegiar-se-á a competitividade dos territórios, com base em políticas de incentivo ao emprego, à contratação de recursos humanos altamente qualificados, à aposta na inovação, e em investimentos que permitam a modernização dos setores correspondentes.

A **Estratégia de Valorização do Interior** é, pois, suportada em medidas inscritas no Programa de Valorização do Interior e em instrumentos complementares orientados para a competitividade dos territórios, baseados em políticas de incentivo ao emprego, à contratação de recursos humanos altamente qualificados, à aposta na inovação, e em investimentos que permitam a modernização dos setores correspondentes.

Inclui medidas assentes em projetos territorializados integrados, privilegiando o Interior, que criarão dinâmicas de transferência de conhecimento e tecnologia, operacionalizadas em iniciativas de cocriação entre unidades de investigação e desenvolvimento e empresas. Esta territorialização será sempre associada à promoção da cooperação inter-regional, transfronteiriça e transnacional, usufruindo do conhecimento das especificidades dos territórios, beneficiando igualmente do aumento de escala que emana de qualquer processo de internacionalização.

A estas iniciativas multissetoriais estarão associados **instrumentos financeiros com dotação específica para os territórios do Interior**, através dos Programas Operacionais Regionais ou de programas de financiamento de outras áreas da governação, quando as iniciativas forem da sua responsabilidade.

Será, igualmente, realizado um diagnóstico do impacto das medidas do PNCT e do PVI, focalizado nos seus efeitos concretos em matéria de criação de emprego e fixação de população, através da seleção e utilização de indicadores de monitorização e acompanhamento adequados (de execução, de impacto e de eficácia).



Em toda a linha de atuação da Estratégia de Valorização do Interior será feita uma aposta assertiva nos processos de digitalização, com claras melhorias na eficiência dos processos e na magnitude dos resultados alcançados.

Esta evolução baseada em conceitos inovadores permitirá novos níveis de colaboração entre diferentes setores, conferindo-lhes escala e competitividade, para além de garantir a provisão de serviços de proximidade a toda a população, assegurando o acesso a serviços públicos com maior proximidade, assim garantindo a necessária qualidade de vida a todos os cidadãos.

Esta estratégia contribui certamente para um desenvolvimento socioeconómico mais equilibrado e uma maior coesão territorial do país. Estabelece prioridades no planeamento do território com base no conhecimento e na inovação, na colaboração e governança a vários níveis, mas com um grande protagonismo do nível regional, e do desenvolvimento de novas centralidades. Aposta na cultura territorial, **colocando o território no centro do desenvolvimento e das decisões políticas.**

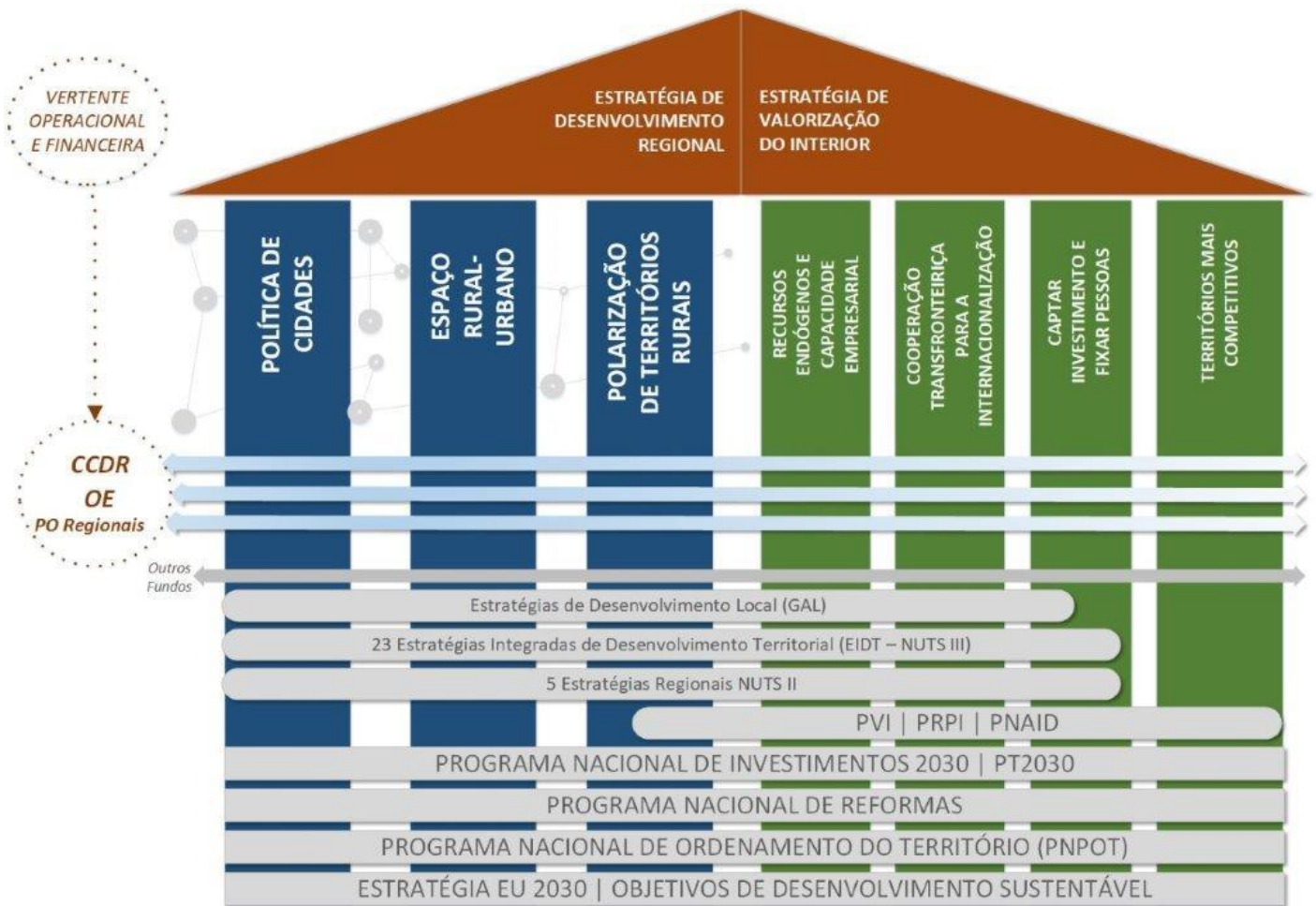
Reconhece a importância dos **politécnicos** como importantes polos de promoção da coesão territorial, mas sendo essencial a sua ancoragem nos processos de inovação regionais. Reforça as redes e os processos colaborativos num carácter inclusivo de uma maior diversidade de organizações. Apoia o desenvolvimento dos **Laboratórios Colaborativos** no Interior, potenciando a sua integração na rede de suporte ao desenvolvimento tecnológico do território em que se integram.

Preconiza ecossistemas de base territorial, alicerçados no conhecimento e na inovação. Privilegia atividades baseadas nos potenciais endógenos das regiões, fomentando estratégias capazes de otimizar as especificidades de cada contexto territorial. Preconiza a **aplicação de políticas capazes de concretizar as potencialidades distintivas de cada região em recursos competitivos e complementares**, abrindo novas potencialidades de proximidade desses recursos à economia e à sociedade em geral.

Reúne **massa crítica** em estratégias multidisciplinares criando ecossistemas sinérgicos, potenciadores de desenvolvimento científico e inovação e catalisadores da economia nacional e de regiões em particular. A interação entre autarcas, investigadores, empreendedores e empresários de uma determinada região dá garantias de sustentabilidade, conduzindo a um **impacto real nos respetivos territórios.**

Cria condições para a **atração** de investimento, captação e fixação de ativos especializados em territórios do interior onde a baixa densidade populacional se torna uma preocupação de todos.

A coesão territorial também se faz pela Valorização do Interior, a partir de uma agenda específica para estes territórios preparada com base nos recursos endógenos potenciados pela capacidade empreendedora e empresarial que diversificam a base económica, com o objetivo último de atrair investimento e pessoas e tornar estes territórios mais competitivos. Ganha o Interior, ganha o país, ganha a Europa!





2.2 - Dimensão de Articulação

Plataforma multinível e multiescala de Coesão

MCT assume-se como um facilitador na integração das políticas públicas

Esta área Governativa, deve **atuar como mobilizador, levando os decisores ao território e alavancando nas estruturas de coordenação regionais** a nossa **capacidade de fazer de forma mais integrada**, o que agora acontece na esfera de intervenção setorial. Conforme refere o programa do Governo, devemos conjugar estratégias de promoção da coesão e de reforço da competitividade dos diferentes territórios e incorporar o desígnio de coesão territorial, de forma transversal, nas diversas políticas públicas setoriais pertinentes.

Temos de assegurar uma simplificação e fazer acontecer o que repetimos muitas vezes, mas que tarda em mostrar resultados visíveis no território: a **redução dos custos de contexto e de transação**, seja na vida dos cidadãos, seja, fundamentalmente, na ação dos investimentos e nos mecanismos de emprego. Integrar políticas **não se faz só por decreto. Implica diálogo, consensos e articulação coordenada, para assegurar o impacto acrescido das medidas**. Está na hora de **garantir a articulação entre as políticas territorializadas** (tendencialmente decididas de forma mais distante dos territórios e necessariamente definidas de forma mais abrangente) e a **territorialização das políticas** (mais próxima da decisão do território e, normalmente, mais flexível no ajustamento às necessidades).

Para a concretização deste desígnio, **contamos com todos!** As várias áreas do Governo responsáveis pelos domínios de política, as autoridades com intervenção territorial (NUTS II e NUTS III), as autarquias locais, as instituições de ensino superior, as unidades de investigação e desenvolvimento, os centros tecnológicos, as empresas e as suas associações, as entidades da cultura e da economia social, e toda a sua rede de parcerias no território.

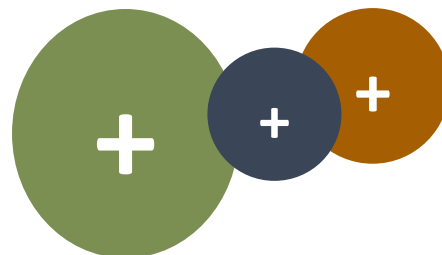
Estamos propor a criação de plataforma nacional de agregação de informação que permita divulgar as infraestruturas de acolhimento empresarial, os incentivos e apoios de natureza nacional, regional e local às empresas e às famílias, as infraestruturas do Ecosistema de Inovação, entre outros, com possibilidade de partilha dos seus dados com outras plataformas, da responsabilidade do membro do Governo responsável pela área

Redução dos custos de contexto e de transação

coesão territorial em colaboração com os membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia e transição digital, educação, trabalho, solidariedade e segurança social, infraestruturas e habitação e da modernização do estado e da administração pública. **O todo tem de conseguir ser superior à soma das partes.**

Nesse sentido, mobilizaremos as CCDR e as suas redes de parceria, com forte envolvimento dos Municípios, entidades do SNCT e dos ecossistemas locais de inovação, para mobilizar iniciativas e agregar intervenções.

2.3. Dimensão de Racionalidade



Nesta abordagem eficaz e integrada às políticas públicas, temos que, de **forma articulada**, olhar para os instrumentos disponíveis e **dar-lhes racionalidade**, concebendo novos instrumentos ou **ajustando a legislação** sempre que se entender adequado. Não é possível assumir a responsabilidade de todos os instrumentos de política que chegam ao território, mas **é necessário garantir que estes não sejam redundantes, complexos e pouco divulgados**. Iremos trabalhar com os setores e com o território no sentido de integrar intervenções e **assegurar que se ajustam, na escala, no tempo, no espaço e nos objetivos**, à resolução dos problemas ou à valorização dos potenciais do território.

Reagregação de instrumentos em medidas de política

Neste particular, o Ministério **tem uma responsabilidade acrescida nos territórios do Interior**, onde a densidade de oportunidades e de atores, obriga a uma **recomposição dos instrumentos e das formas de fazer acontecer**. O Programa de Valorização do Interior e o Programa de Revitalização do Pinhal Interior, aprovados pelo Governo anterior, tinham elencado um conjunto de intervenções que temos vindo a acompanhar e **cuja atualização pretende priorizar iniciativas absolutamente diferenciadoras para o Interior e/ou com impacto significativo nestes territórios**. Neste exercício contaremos sempre com todas as áreas governamentais, sem exceção.

Entendemos, em função das problemáticas, que **existe espaço para ações experimentais**, mobilizando, sempre que se justifique, a intervenção multissetorial. Pretende-se, também, que estas ações possam vir a ser escaláveis ao resto do território.

Os programas de **Cooperação Territorial Europeia** nas dimensões transnacional, transfronteiriça e inter-regional, são instrumentos ao serviço da coesão territorial, pelo trabalho em rede que proporcionam, pela partilha de boas práticas, pela complementaridade de apoios que devem convocar.

3. Programa de Ação para a Coesão Territorial

Dimensão Operacional

Esta Estratégia, mesmo que assumindo um carácter dinâmico para o período da legislatura, sendo densificada à medida que for implementada e em função dos domínios articulados com os diferentes atores a envolver, quer da esfera Governativa, quer das diferentes redes definidas anteriormente, deve assegurar um conjunto de intervenções calendarizadas e, sempre que possível, com indicadores mensuráveis e passíveis de prestação de contas.

Neste contexto, tendo presente os desafios identificados e as prioridades do programa do Governo para esta área de intervenção, definiram-se desde já, metas, objetivos e prioridades de intervenção que passamos a explicitar e a detalhar:

MEDIDA	INTERVENÇÃO	OBJETIVO
Aceleração do PT2020 Regional	Medidas de acompanhamento; Overbooking; Revisão do desempenho e reprogramação Simplificação operacional.	Taxa de execução de 50% nos POR no final de 2020, o que implica uma injeção de 2,4 M€ na economia, em áreas como a Educação, a Saúde, o Património Cultural e Natural, a Inovação e a Competitividade das empresas.
Programa + Coeso Emprego Programa + CO3SO Conhecimento Programa + CO3SO Digital Programa + CO3SO Competitividade	Envolvimento das diferentes áreas de governação e dos agentes presentes no território, centrado em iniciativas multissetoriais, no âmbito dos subsistemas territoriais a valorizar.	Apoiar iniciativas que valorizem os recursos e a qualificar o investimento
Programa + CO3SO Competitividade Programa + CO3SO Conhecimento Programa + CO3SO Digital Programa + CO3SO Inovação Social Programa + CO3SO Turismo	Envolvimento das diferentes áreas de governação e dos agentes presentes no território, centrado em iniciativas multissetoriais, que integram conjuntos de medidas, organizadas por áreas temáticas (+ CO3SO) e/ou por territórios considerados de intervenção prioritária	Valorizar os Recursos Endógenos e a Capacidade Empresarial do Interior
Programa + CO3SO Recursos Naturais Programa + CO3SO Fronteira		Promover Cooperação Transfronteiriça para Internacionalização de Bens e Serviços
Programa + CO3SO Cooperação de Futuro Programa + CO3SO Investimento Programa + CO3SO Emprego Programa + CO3SO Benefícios Programa + CO3SO Competitividade	Identificação das regiões com recursos endógenos potencializáveis através de tecnologia e inovação e garantidamente industrializáveis, e/ou projetos de sucesso existentes nos territórios	Captar Investimento e fixar Pessoas no Interior
Programa + CO3SO Competitividade Programa + CO3SO Proximidade Programa + CO3SO Informação Programa + CO3SO Projetos Integrados	Abertura de Avisos em contínuo com incidência nos territórios do interior – 426 M€	Tornar os Territórios do Interior mais Competitivos
Plataforma Informática	Incentivos às empresas e famílias	Criação de plataforma de agregação de informação que permita divulgar as infraestruturas de acolhimento empresarial, os incentivos e apoios de natureza nacional, regional e local às empresas e às famílias, as infraestruturas do Ecossistema de Inovação, entre outros, da responsabilidade da MCT em colaboração com os membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia e transição digital, educação, trabalho, solidariedade e segurança social, infraestruturas e habitação e da modernização do estado e da administração pública.

Intervenção de Curto Prazo – Operacionalização janeiro – julho 2020:

Acelerar os investimentos do PT 2020

Meta operacional:

Taxa de execução de 50% nos POR no final de 2020 e 100% de compromisso + overbooking, o que implica uma injeção de 2,4 M€ na economia, em áreas como a Educação, a Saúde, o Património Cultural e Natural, a Inovação e a Competitividade das empresas.

Tendo esta área de Governo a tutela dos Programas Operacionais Regionais e a esfera de intervenção das CCDR, tem como prioridade garantir, no final do exercício de implementação do PT2020, **uma chegada mais rápida das verbas ainda não comprometidas ao território, e garantir condições para uma execução mais eficiente dos projetos em curso.**

Temos de **ser parte da solução e garantir processos mais diretos de fazer e concretizar.**

Temos, no que diz respeito aos Fundos Europeus, de garantir a boa execução e o financiamento **dos bons projetos.**

Colocar os fundos nos territórios de forma mais rápida e eficaz

18

Intervenção:

- Medidas de acompanhamento permanente para dimensões de investimento críticos;
- Mecanismos de gestão da dinâmica de execução e overbooking;
- Início do exercício de reprogramação de medidas em função da revisão do desempenho dos projetos aprovados;
- Operacionalização de apoios dedicados aos territórios de Interior.
- Processo contínuo de simplificação operacional:
 - Simplificação de procedimentos à execução (e.g. revisão de custos de referência, dispensa de revisão de projetos de obras da categoria 3 ou classe 3 ou superior, simplificação de procedimentos de contratação pública, etc.);
 - A adoção de metodologias de custos simplificados;
 - Trabalho de proximidade com os beneficiários em todos os momentos do ciclo de vida do projeto;
 - OE 2020 – recurso à dotação centralizada para financiamento da contrapartida nacional de projetos PT2020 (OE2020);
 - OE 2020 - agiliza procedimento de acesso ao BEI, no âmbito do PT2020, libertando os municípios da obrigação de consultar três instituições bancárias.

Intervenção de Curto Prazo – Operacionalização janeiro – outubro 2020:

Valorizar os Recursos Endógenos e a Capacidade Empresarial do Interior

Meta Abertura de avisos em contínuo dedicados aos territórios do interior operacional:

Programa +CO3SO Conhecimento, que inclui duas medidas: estratégia integrada de desenvolvimento do Interior com base na transferência de conhecimento em ambientes de cocriação; mobilidade de estudantes e investigadores.

Programa +CO3SO Digital - Estratégia integrada de desenvolvimento do Interior com base em ferramentas digitais.

Programa +CO3SO Competitividade - Avisos em contínuo com dotação específica para o Interior: orientado para a criação de linhas de incentivo financeiro direcionadas à captação de investimento e ao apoio a entidades instaladas nos territórios do Interior que se traduzem em: avisos dedicados e em contínuo;

Programa +CO3SO Inovação Social, que engloba duas medidas: *Up-scaling* da inovação social no Interior; Inovação Social no Interior.

Programa +CO3SO Emprego, que inclui três medidas: Emprego no Interior em PME; Emprego no Interior em Entidades de Economia Social; Programa de Capacitação Digital de PME do Interior.

Programa +CO3SO Turismo, organizado em quatro medidas: estruturação da oferta de produtos turísticos no Interior; incentivos financeiros ao Turismo no Interior; promoção do Turismo no Interior; formação em Turismo no Interior.

Programa + CO3SO Recursos Naturais, que engloba duas vertentes: áreas protegidas, paisagem e florestas; valorização dos recursos e diminuição do desperdício.

Promover a Cooperação Transfronteiriça para Internacionalização de Bens e Serviços

Meta Abertura de avisos em contínuo dedicados aos territórios do interior operacional:

Programa +CO3SO Fronteira, que inclui duas medidas: valorização da fronteira nos Territórios do Interior; partilha de Recursos.

Programa +CO3SO Cooperação de Futuro incluindo a Estratégia Ibérica de Cooperação Territorial.

Intervenção de Curto Prazo – Operacionalização janeiro – outubro 2020:

Captar Investimento e fixar Pessoas no Interior

Meta Abertura de avisos em contínuo dedicados aos territórios do interior operacional:

Programa +CO3SO Investimento, que se consubstancia em duas iniciativas: Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID); Programa de Captação de Investimento para o Interior (PC2II).

Programa +CO3SO Benefícios, que inclui duas medidas: Benefícios fiscais no Interior; Mobilidade para e no Interior.

Programa +CO3SO Emprego, que inclui três medidas: Emprego no Interior em PME; Emprego no Interior em Entidades de Economia Social; Programa de Capacitação Digital de PME do Interior.

Programa +CO3SO Competitividade - Avisos em contínuo com dotação específica para o Interior: orientado para a criação de linhas de incentivo financeiro direcionadas à captação de investimento e ao apoio a entidades instaladas nos territórios do Interior que se traduzem em: avisos dedicados e em contínuo;

Tornar os Territórios do Interior mais Competitivos

Meta Abertura de avisos em contínuo dedicados aos territórios do interior operacional:

Programa +CO3SO Competitividade - Avisos em contínuo com dotação específica para o Interior: orientado para a criação de linhas de incentivo financeiro direcionadas à captação de investimento e ao apoio a entidades instaladas nos territórios do Interior que se traduzem em: avisos dedicados e em contínuo; **dotação financeira específica para territórios do Interior e majoração das taxas de apoio para estes territórios**, nomeadamente no domínio da contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados, da Inovação produtiva, dos Vale Investimento e da I&D em co-promoção.

Programa +CO3SO Proximidade, organizado em quatro medidas: Transporte Flexível no Interior; Serviços Públicos mais próximos; Saúde mais próxima; Conectividade no Interior.

Programa +CO3SO Informação, que inclui duas medidas: Plataforma T-Investe; Cadastro Simplificado no Interior.

Programa +CO3SO Projetos Integrados - Projetos Integrados no Interior em territórios com recursos endógenos potencializáveis através de tecnologia e inovação e garantidamente industrializáveis, e ou projetos de sucesso existentes nos territórios, com nível de capacitação e dinâmica de atuação já comprovados .

Intervenção de Curto Prazo – Operacionalização janeiro – julho 2020:

Plataforma Informática

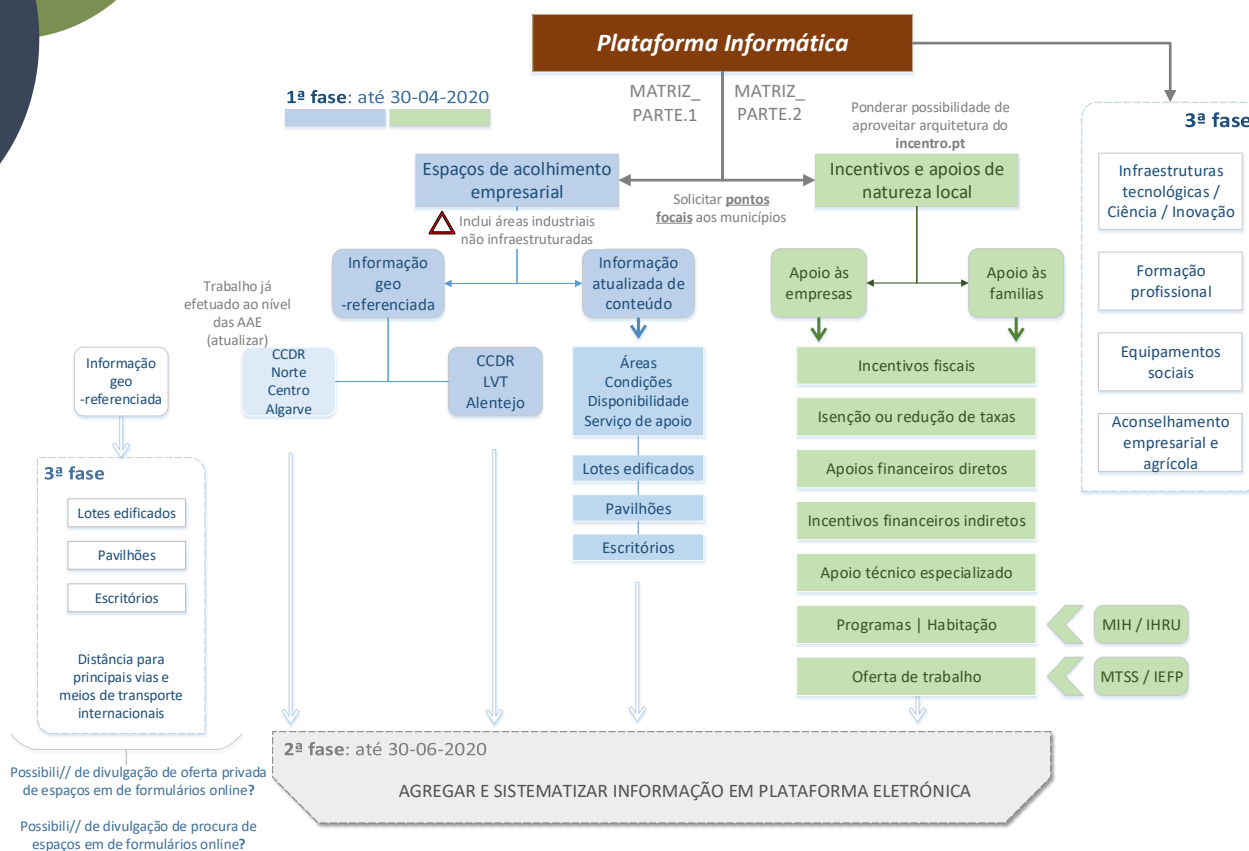
Meta operacional:

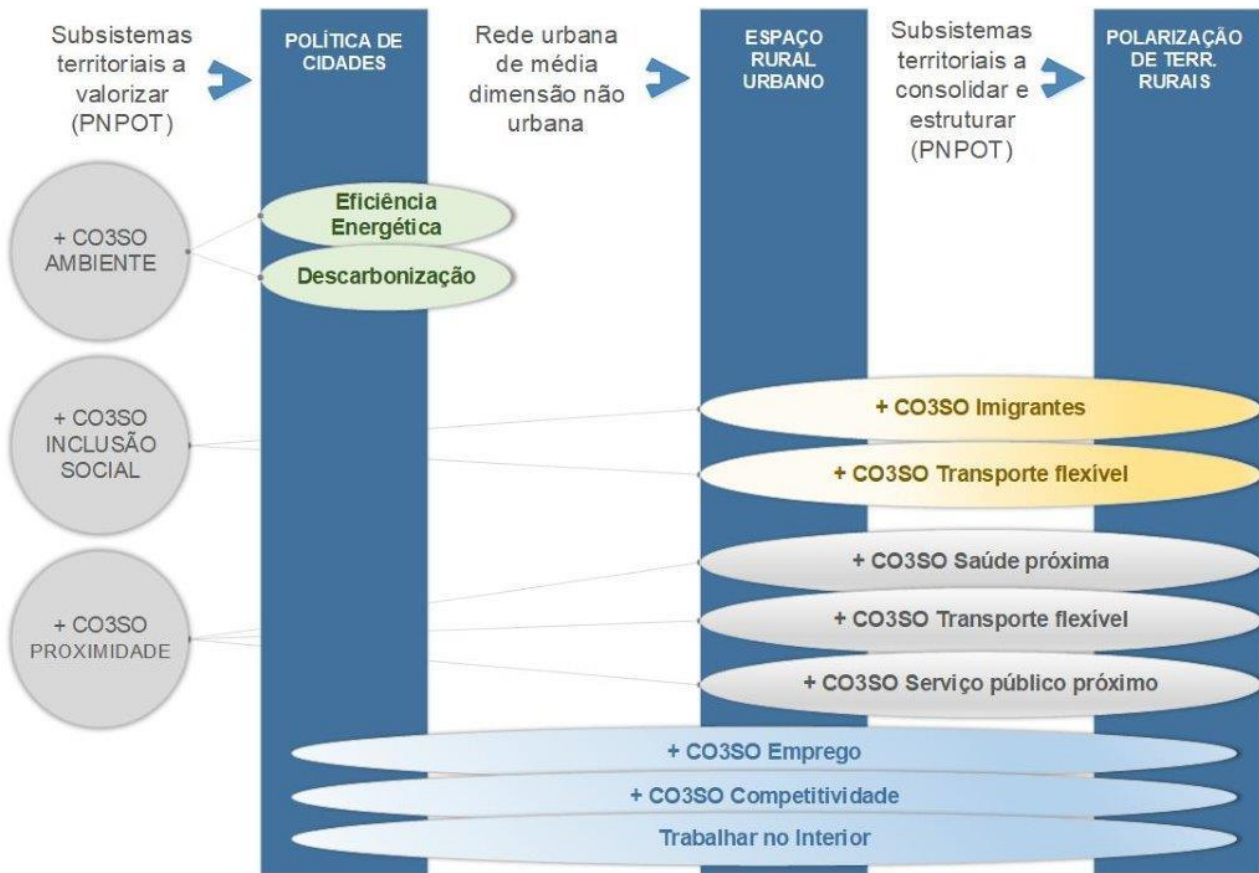
Plataforma nacional de agregação de informação, disponibilizando informação relevante para a tomada de decisão

Esta plataforma, será determinante para o Programa de Captação de Investimento para o Interior e para o Programa Nacional de Captação de Investimento da Diáspora.

Informação a partilhar:

- Áreas de Acolhimento Empresarial
- Infraestruturas do Ecosistema de Inovação
- Infraestruturas e áreas de competência do Sistema Científico e Tecnológico Nacional
- Valências e domínios do sistema de Formação Profissional;
- Incentivos e apoios de natureza local às empresas e às famílias e à habitação;
- Habitação disponível





Intervenção de Médio Prazo – Operacionalização março – dezembro 2020:

Estratégia de Desenvolvimento Regional

**Meta
operacional:**

Estratégia de Desenvolvimento Regional que agregue os contributos das estratégias regionais, e identifique um conjunto de intervenções estruturantes supra municipais, capazes de alavancar (em linha com as opções nacionais) ações emblemáticas no território, com particular impacto nos domínios da coesão;

23

Think Tanks de Política e Desenvolvimento Regional

**Meta
operacional:**

Criação de um *Think Tanks* de Política e Desenvolvimento Regional, congregando o conhecimento da Academia, da Administração Central, das CCDR, dos Municípios, dos Gabinetes de Planeamento e Prospetiva e de um grupo de personalidades que, em função da natureza do tema, podem contribuir para este exercício;

Rede Territorial

**Meta
operacional:**

Definição de uma rede territorial com articulação e suporte na lógica funcional dos centros urbanos do interior e do litoral, que assegure a promoção de um desenvolvimento territorial policêntrico e equilibrado, o estímulo ao desenvolvimento integrado nas cidades e no meio rural, ou a integração territorial de regiões funcionais transfronteiriças. Esta rede deve ser sustentada em modelos de governação que permitam assegurar a universalidade da provisão dos serviços de interesse geral, só possível na articulação entre soluções de mobilidade e novas formas de provisão;

